

ESCOLARIZAÇÃO DA SEXUALIDADE: (RE)MEMÓRIAS DA FORMAÇÃO DOCENTE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GOIÂNIA/GO (1990 A 2000)

Aline da Silva Nicolino
Maria José do Nascimento
Paulo Cesar Soares de Oliveira
Patrícia Fernandes Oliveira

Resumo: Este artigo descreve o processo de formação docente em Educação Sexual da rede municipal de ensino de Goiânia (1990 a 2000), a partir das (re)memórias das/o profissionais, e analisa os efeitos produzidos no contexto escolar. Para isso, foram realizados levantamentos e análises de materiais didático-pedagógicos produzidos e grupo focal. As análises mostram que os investimentos para tratar o tema no processo de formação docente visavam “sanear” os corpos escolares, por meio da prescrição de uma sexualidade “saudável”. Mostram também que essa lógica biologicista possibilitou investimentos pessoais e parcerias que produziram outros saberes sobre o corpo, ecoando na resistência de vozes atuantes em seus espaços de trabalho.

Palavras-chave: Formação docente, sexualidade, memória, resistência.

Educación de la sexualidad: (re)memorias de la formación docente de la red municipal de enseñanza de Goiânia/GO (1990 a 2000)

Resumen: El estudio describe el proceso de formación docente en Educación Sexual de la red municipal de enseñanza de Goiânia (1990 a 2000), a partir de las (re)memorias de las/los profesionales, y analiza los efectos producidos en el contexto escolar. Para eso, se realizaron levantamientos y análisis de materiales didáctico-pedagógicos producidos y grupo focal. Los análisis muestran que las acciones para tratar el tema en el proceso de formación docente pretendían “sanear” los cuerpos escolares, por medio de la prescripción de una sexualidad “saludable”. Muestran también que esa lógica biologicista permitió compromisos personales y alianzas que produjeron otros saberes sobre el cuerpo, haciendo eco de la resistencia de las voces actuantes en sus espacios de trabajo.

Palabras clave: Formación docente, sexualidad, memoria, resistencia.

Schooling of Sexuality: (re)memories of teaching training of the municipal education system of Goiânia/GO (1990 a 2000)

Abstract: The study describes the process of teacher education in Sexual Education of the municipal education system of Goiânia (1990 a 2000), from the (re)memories of the professionals, and analyzes the effects produced in the school context. For that, surveys and analyzes of didactic-pedagogical materials produced and focal group were carried out. The analyzes show that the investments to treat the theme in the process of teacher training aimed at “cleaning up” school bodies, through the prescription of a “healthy” sexuality. They also show that this biological logic enabled personal investments and partnerships that produced other knowledge about the body, echoing in the resistance of working voices in their work spaces.

Keywords: Teacher training, sexuality, memory, resistance.

Apresentação

Ao final da década de 1980 e nos anos de 1990 o governo federal protagonizou uma série de investimentos e iniciativas voltados à saúde sexual das/os brasileiras/os. O interesse pelo tema se dava pelo aumento dos índices da gravidez “indesejada” na adolescência e a proliferação das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), agravados com o aparecimento da infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) (CÉSAR, 2009). Profissionais de diversas áreas, especialmente, da Educação e da Saúde, assim como a sociedade civil, representada pelas Organizações Não Governamentais (ONGs), se valeram de diversas

estratégias para conhecer, reivindicar, medicalizar e intervir sobre a sexualidade. Nesse contexto, marcado por interesses político, econômico, religioso e social, as diferentes demandas de grupos e de credos, instituíram a escola como o local mais adequado para disciplinar e prescrever medidas profiláticas sobre o uso dos corpos.

Concomitante aos diferentes interesses e disputas que movimentavam as discussões sobre o tema na época, é possível dizer que a lógica do medo, movida ora pelo desconhecimento, ora pelo acúmulo de conhecimento, demandou intervenções urgentes por parte do governo federal. A ação política foi agir com rapidez. Assim, ações para tentar controlar o HIV, eram justificadas pelo aumento da contaminação do vírus em diferentes classes, etnias, orientações sexuais e gerações. E, nesse sentido, o discurso da prevenção, do controle e da medicalização sobre os usos, individual e coletivo, da sexualidade se mostrou “eficiente” para conter os efeitos produzidos pelo vírus. A sexualidade torna-se, então, alvo não apenas dos interesses da sexologia, da psiquiatria, da psicologia e da pedagogia, mas, sobretudo, dos campos médico e político, que trazem o tema como uma questão de saúde pública.

Nesse clima de disputas e conflitos sobre quem seria autoridade para tratar o tema e como, em Goiânia, a Rede Municipal de Educação (RME/GO) tomou algumas iniciativas na década de 1990 para inserir a discussão da sexualidade no contexto escolar. Dentre as ações propostas, destacam-se os ciclos de palestras, realizados no período noturno nas escolas, e os cursos de formação com professoras/res sobre Educação Sexual¹, que atenderam todas as modalidades de ensino². Verifica-se, portanto, que o investimento por parte do governo municipal de Goiânia na época³, garantiu a implantação das primeiras ações “oficiais” sobre o tema na rede municipal de ensino.

Segundo relatos de professoras que participaram da implantação dessas ações, não há um consenso sobre o que mobilizou a discussão sobre a sexualidade⁴ na escola na época. Comentam que a demanda partia tanto das escolas quanto do governo que tinha interesse em “educar” a saúde sexual de crianças e jovens. Como mencionado por uma professora “Nós estávamos enquanto secretaria, em 93. Aí veio o convite ou a imposição para se trabalhar em um projeto que foi desenvolvido em São Paulo aqui em Goiânia. Então, eu acho que foi de cima para baixo” (Professora de Matemática). Ou, como relata outra professora, que diz partir de demandas do contexto escolar “eu acho que caiu em Goiânia porque tinha muita solicitação” (Professora de Ciências I).

Diante desse contexto, marcado por demandas e disputas diversas, é que se faz necessário um estudo dos discursos sobre a sexualidade que constituíram o processo de formação das/o professoras/r em Educação Sexual da RME/GO, na última década do século XX. O objetivo deste texto, portanto, é descrever as memórias das/o professoras/professor que participaram desse processo de formação, de modo a analisar quais os discursos foram reconhecidos como “verdadeiros” sobre a sexualidade na época. Compreendemos que trazer as memórias das pessoas que participaram desse processo de formação, busca identificar as motivações e os interesses que constituíram a discussão da sexualidade nas escolas municipais de Goiânia, ao mesmo tempo, em que busca analisar os conflitos que marcaram a discussão sobre o tema. Além disso, compreendemos que os estudos científicos devem se constituir, na relação do passado e do presente, e descrever as memórias das/o professoras/r que fizeram parte dessa história é trazer as singularidades que marcaram a entrada “oficial” da discussão da sexualidade no contexto escolar goiano. Trata-se, portanto, de identificar os

interesses e as demandas que fomentaram as propostas de ação do governo, quais discursos foram apresentados como “verdadeiros” para tratar o tema e quais os efeitos disso na formação docente.

Para isso, trazemos a compreensão de discurso constituído por vários saberes e, nesse sentido, aquilo que se fala, que se diz, refere-se “ao discurso tal como é” (EDGARDO, 2009, p. 120). Ou seja, ao fazermos o movimento de compreender e interrogar “que singular existência é esta que vem à tona no que se diz” (FOUCAULT, 2007, p. 31), buscamos analisar nesta pesquisa “as condições nas quais esta função se exerce, percorre os diferentes domínios que ele supõe e a maneira pela qual eles se articulam” (RABINOW; DREYFUS, 1995, p. 62). Portanto, ao compreendermos que “é justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber” (FOUCAULT, 2010, p. 111), e ao concordarmos que esse “veicula e produz poder” (p. 112), entendemos que pode “existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia” (p. 112) para inserir a discussão de sexualidade no contexto escolar, por meio do processo de formação.

Com o objetivo de trazer à tona parte da história sobre o processo de formação docente em Educação Sexual na rede municipal de Goiânia, por meio das narrativas das/o professoras/r que implementaram o projeto, recorreremos aos conceitos teóricos de Walter Benjamin (2011). Teoria que possibilita reescrever a história que aparentemente se encontra silenciada. Silêncio verificado em visita aos arquivos da Secretaria Municipal de Goiânia (SME/GO) e no Centro de Formação de Professores (CEFPE), ao constatar que não existe registros oficiais das ações de formação em Educação Sexual do período investigado. Ou seja, não há nenhum arquivo sobre os projetos e ações desenvolvidos entre os anos de 1990 e 2000 sobre o tema. A falta de registros sobre o processo de formação, nos levou, portanto, a investigar como se deu a história da educação sexual nas escolas municipais de Goiânia.

É sobre esse contexto de pouco registro, que as memórias, os registros pessoais e os discursos que constituíam a discussão da sexualidade no estado de Goiás são questões de pesquisa a serem investigadas. Logo, as (re)memórias das/o participantes/e que implementaram o curso de formação em Educação Sexual na SME/GO, por meio de suas falas nos grupos focal, os documentos produzidos por essas/e docentes e as ações executadas no período de 1990 a 2000 são as fontes de análise utilizadas neste estudo. Para analisar as narrativas, nos valemos do conceito de “história aberta” de Benjamin (2011), trazendo o ponto de vista das/o professoras/r que testemunharam essa história, para impedir o desaparecimento dos acontecimentos que constituíram o processo formação docente em Educação Sexual na SME/GO. Essa perspectiva, permite, portanto, cumprir o compromisso de traduzir em palavras o tempo de memórias vividas que estavam silenciados e em vias de esquecimento.

Já para identificar e analisar os discursos produzidos no processo de formação docente e seus efeitos na discussão da sexualidade na escola elegeram-se os estudos do filósofo e historiador francês Michel Foucault (2010). A escolha se deu por compreendermos que as práticas discursivas, segundo a perspectiva foucaultiana, dizem respeito aos arquivos, regras, espaços de determinada época que são utilizados, transformados e apropriados pelos sujeitos visando descrever a realidade, formando, assim, os saberes (ARAÚJO, 1999). Isto é, identificar os efeitos dessas disputas que envolvem a discussão da sexualidade no processo de formação docente permite, também, mostrar quais saberes foram utilizados para produzir alguns discursos sobre o tema.

Com base nesse entendimento, levantamos documentos produzidos pelas/o docentes que participaram dos cursos de formação na época, os quais se tornaram uma possibilidade de reescrita dessa história, uma vez que na Secretaria de Educação não possuía nenhum arquivo das ações desenvolvidas. Os documentos mapeados foram produzidos em diferentes processos de formação sobre o tema, no período de quase duas décadas. São eles: cinco monografias de especialização; um caderno de atividades para a Educação de Jovens e Adultos; folhetos educativos para docentes e estudantes; uma dissertação de mestrado; um livro com relatos das experiências pedagógicas; publicação em eventos científicos; assim como, agendas pessoais e profissionais, que descrevem como foram organizados os encontros de formação junto as/aos professoras/r. Portanto, foi possível identificar que além do esforço pessoal dessas/e profissionais, as parcerias com universidades, institutos e ONGs⁵ possibilitaram ampliar os meios de busca de informações e diálogos com áreas de conhecimento distintas.

A partir do mapeamento dos documentos produzidos pelas/o participantes, analisamos as narrativas, advindas das (re)memórias⁶ das/o professoras/r que participaram do processo de formação docente em Educação Sexual, por meio do grupo focal⁷. Foram selecionadas oito docentes⁸, que na época eram efetivas/o do quadro funcional da SME/GO, as quais participaram ativamente da coordenação das propostas em Educação Sexual nos anos de 1990 a 2000. Após explicação sobre a pesquisa e consentimento⁹ por parte das/o participantes/e, foi realizado a escuta das narrativas, por meio da realização de três grupos focais. O grupo tinha o objetivo de identificar os discursos relativos aos percursos formativos das/o entrevistadas, cuja argumentação apontava para uma certa lógica discursiva que envolvia tanto a escolha dos conteúdos (saberes) a serem transmitidos, quanto os procedimentos didáticos metodológicos utilizados nas propostas de formação (BENJAMIN, 2011). Por isso, iniciou-se com a pergunta: “O que te levou a fazer parte do projeto?”, deixando a conversa seguir, sem intervenções. Os grupos aconteceram em três momentos distintos, no período entre novembro e dezembro de 2012, com a duração de três horas e meia a quatro horas, cada um. Todas as sessões foram gravadas e transcritas.

A partir dos levantamentos e análises dessas informações organizamos a escrita em duas partes. A primeira, nomeada “História vivida/história narrada – as marcas do silêncio no processo de formação docente em Educação Sexual (1990 a 2000)”, apresenta os interesses e as demandas que fomentaram a discussão de sexualidade no processo de formação docente em Goiânia. Mostra, ainda, uma falta de investimento por parte do estado em manter ações educativas sobre a temática, em virtude de mudanças partidária dentro da SME. Saídas que culminaram com a substituição ou término de processos de formação docente. Assim, a falta de registros, avaliação e manutenção das ações de formação desenvolvidas sobre a discussão da sexualidade no contexto escolar, podem ser listados como exemplos do desinteresse do estado em ‘zelar’ pelos conhecimentos produzidos pelas/os docentes. O que significa dizer que os investimentos públicos destinados ao processo de formação docente, no período e 1990 a 2000, foram pontuais e não tiveram continuidade em outros governos, denunciando a ausência de políticas públicas no campo da Educação em Goiânia. A segunda parte, faz “Breves considerações” sobre quais discursos foram apresentados como “verdadeiros” para tratar o tema no processo de formação docente e os efeitos disso na formação das/o docentes pesquisadas/o.

Além disso, traz indicativos de como anda as políticas públicas para tratar a sexualidade nas escolas municipais de Goiânia.

História vivida/história narrada – as marcas do silêncio no processo de formação docente em Educação Sexual (1990 a 2000)

Para analisar os interesses e as demandas que fomentaram a discussão da sexualidade no processo de formação docente, no final dos anos de 1990 em Goiânia, é preciso contextualizar o tema nos cenários político, social e acadêmico da época. Para isso, apresentamos, de forma brevíssima, o final dos anos de 1980 no Brasil, como um momento de organização de diferentes grupos de mulheres, com interesses e demandas distintas de classe, orientação sexual, etnia e raça/cor, que buscavam ‘alternativas’ para inserir a discussão da sexualidade nos campos da saúde e da educação. No cenário político, havia um ‘afrouxamento’ da censura devido ao processo de redemocratização do país, após a ditadura militar. O que significa dizer que esse momento histórico foi marcado por ações, projetos e estudos no campo da sexualidade por parte de intelectuais feministas (BARROSO, 1980; BRUSQUINI; BARROSO, 1983). A efervescência cultural desse período também contribuiu para esse processo de ‘afrouxamento’, em que se apresentava “novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais e com o recurso às terapias psicológicas e à psicanálise”, além do Ano Internacional da Mulher, em 1975, declarado pela Organização das Nações Unidas (SARTI, 2004, p. 39).

Segundo Céli Regina Pinto (2010) o movimento feminista da segunda metade do século XX produziu sua própria reflexão crítica e teoria, tanto pela sua militância como pela produção acadêmica nas áreas de História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise. Essa ascensão do debate em torno da sexualidade, se fortalece como campo específico da saúde nos anos 80 (CÉSAR, 2009), ressurgindo com o crescimento significativo dos casos de “gravidez indesejada” e o receio de proliferação das DST/aids (MEYER; KLEIN; ANDRADE, 2007). Nesse período, fica evidente, portanto, o interesse e os investimentos por parte do governo em ações de intervenção e no estímulo da produção teórica no campo da Medicina e da Saúde Pública, com foco nas instituições escolares (CÉSAR, 2009).

Nos anos de 1990, um novo quadro político se constitui, em decorrência das reivindicações sociais e acadêmicas, sob diferentes perspectivas, por ações governamentais para além da prevenção e medicalização do corpo. É possível identificar nessa década, um cenário marcado pela divisão entre o pensamento feminista e o movimento social, em que ocorre o aparecimento de um grande número de ONGs, buscando institucionalizar suas ações sociais, para dar ‘voz’ as suas demandas (PINTO, 2007, 2010; SARTI, 2004; MATOS, 2008). Conforme Pinto (2007, p. 91) “enquanto o pensamento feminista se generaliza, o movimento, por meio das ONGs, se especializa”, buscando institucionalizar ações em áreas específicas, na tentativa de influenciar as políticas públicas (SARTI, 2004).

Diante desse cenário brasileiro, em que a possibilidade de discutir o tema, nos âmbitos legislativo e executivo, passa inicialmente pelo reconhecimento científico produzido academicamente, há uma organização por parte de diferentes grupos de mulheres para fazer valer as especificidades que as constituem enquanto categoria universal. Trata-se, portanto, de conciliar interesses e demandas

de grupos distintos em torno da figura mulher, como estratégia para pressionar o Estado para implementar políticas públicas. É nesse contexto que ocorre o processo de institucionalização de algumas ONGs em Goiânia, como o Transas do Corpo¹⁰, assim como a pressão social e acadêmica para a implementação de políticas educacionais para tratar o tema na escola. A movimentação acadêmica pode ser percebida pela criação de grupos de pesquisa na universidade, como a Rede Integrada para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências (RIDEC), vinculada a Universidade Federal de Goiás (UFG)¹¹.

Sob essa conjuntura política, acadêmica e social que são formadas parcerias, entre docentes dos ensinos básico e universitário, para transformar as demandas advindas do contexto escolar em discurso científico. Segundo as/o professoras/r, que participaram do processo de formação da rede municipal de Goiânia, ao perceberem que as demandas que marcavam a discussão da sexualidade nas escolas não se restringiam ao âmbito privado e extrapolavam as preocupações com contaminações das DST/aids, as/o docentes buscaram parcerias para ampliarem sua formação¹² sobre o tema. Ou seja, identificaram que a sexualidade não envolve apenas a questão pessoal, restrita ao privado, mas faz parte de “um produto histórico, social e político, na qual se exercem relações de poder [e de saber]” (RIBEIRO, 2008, p. 39).

Há, nesse sentido, por parte das Secretarias de Saúde e de Educação/GO a ênfase na promoção de saberes considerados científicos, no sentido de exigir das/os docentes uma intervenção que tratasse dessas questões por meio de discursos reconhecidos como ‘verdadeiros’ no campo científico, que na época eram saberes voltados ao corpo biológico. Apropriar-se de saberes, do campo biológico, e intervir em situações tidas como “problemáticas”, tornou-se uma exigência das Secretarias. Medida que garantia um reconhecimento de “autoridade” no assunto as/aos docentes e, ao mesmo tempo, trazia legitimidade para sanear os corpos escolares. Saneamento que se dava pela produção de discursos essencialistas, que naturalizam o sexo biológico para explicar o social, o cultural e o político da sexualidade.

Nesse contexto, observa-se demandas para além das questões biológicas e uma cobrança as/aos docentes por uma formação que o estado não oferecia. De tal modo que as/o participantes relatam que apesar do acúmulo de atividades aos quais estavam sujeitas/os dentro da estrutura da SME, sentem-se na “obrigação” de buscar formação em outros espaços formativos, estabelecendo parcerias com a universidade, ONGs e institutos. Já que o que era oferecido pelas Secretarias eram ações pontuais, por meio Ciclos de Palestras, pautados, sobretudo, em saberes biológicos. Nesse sentido, é possível dizer, que as/o docentes pesquisadas/o extrapolaram o que o estado estava propondo como formação e buscaram outras formas de conhecimento, pois como apontam, não havia nenhuma ajuda de custo por parte da SME/GO para estudar e adquirir material bibliográfico. Segundo elas/e, “Estudávamos muito, nós comprávamos muitos livros” (Professora de Ciências I), e “todos os livros que compramos foi com nosso dinheiro” (Professora de Ciências II).

Essa necessidade de conhecer melhor o tema, buscando saberes em outros campos de conhecimento, se associa, sobretudo, as demandas produzidas nas escolas, em que as explicações de um ‘corpo biológico’ são insuficientes para tratar a sexualidade na realidade escolar. O que significa dizer que os interesses docentes por formações e parcerias estavam vinculados as demandas

produzidas nas escolas, assim como pelas possibilidades de formação ofertadas na época. Portanto, conhecer quais as formações e parcerias foram feitas pelas/o professoras/es em busca de conhecimentos, contribui para identificar tanto as demandas que foram fomentadas nas escolas, quanto quais campos de conhecimento receberam maior investimento por parte do governo, no sentido de maior reconhecimento.

Para tratar dessas questões, apresentamos o percurso 'oficial'¹³ das formações experienciadas pelas/o professoras/r responsáveis pelos cursos de formação em Educação Sexual no município de Goiânia. Trajetória que tem sua origem na RIDEC/UFG, por meio de oficinas oferecidas as/aos professoras/es e estudantes do turno noturno, denominadas de Ciclo de Palestras (1992). Essa ação foi direcionada as/aos professoras/es que lecionavam de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, no turno noturno, e era determinada por uma discursividade centrada na saúde sexual e reprodutiva.

Para melhor compreender os discursos que constituíam essa discussão sobre saúde, é preciso trazer que a RIDEC/UFG foi pioneira no estado de Goiás em promover ações relacionadas a discussão da sexualidade na escola. A equipe, coordenada pela professora Maria Hermínia da Silva Marques, realizou pesquisas, grupos de estudos, ciclo de debates nas escolas e uma especialização lato-sensu em Educação em Ciências, para tratar o tema. Segundo as narrativas de cinco professoras participantes, Maria Ermínia coordenava as ações desenvolvidas pela rede RIDEC e foi responsável pela inclusão de temas referentes a saúde sexual e reprodutiva no currículo escolar e nas formações inicial e continuada das/e docentes da rede municipal de Goiânia. Ainda, conforme as participantes, a formação em biologia e saúde pública da professora foi um dos elementos determinantes para a constituição de uma discursividade marcada pela prescrição e pela vertente biológica em relação à sexualidade.

Maria Ermínia também coordenava um curso de especialização sobre a discussão da sexualidade no contexto escolar, dividido em três eixos: sexualidade, física e química, em que havia uma disciplina intitulada "Educação para a Ciências: um enfoque na Educação Sexual". Esta e outras experiências de formação, como a realização de oficinas e cursos com a utilização de kits experimentais (experimentoteca)¹⁴, utilizados na disciplina de Ciências e no projeto Alfabetização de Adolescentes, Jovens e Adultos (AJA), idealizado pela professora Maria Helena Café da UFG, podem ser listados como ações realizadas pelas/o professoras/r da rede municipal de Educação, por meio de parcerias estabelecidas entre universidade e município. Por outro lado, também pode ser analisado como parte das intervenções acadêmicas no campo escolar. Ou seja, trata-se de ações que foram mencionadas pelas professoras participantes como referências no processo de formação docente no município e como atividades que contribuíram para estabelecer parcerias com a universidade e ONGs.

Ao que se refere a parceria com a universidade¹⁵, as/o professoras/r entrevistadas avaliam que as atividades ministradas pela rede RIDEC/UFG na época tinham o 'biológico' como expressão central para pensar a sexualidade. Isto é, disseram que além do fato desses cursos de formação estabelecerem as aulas de Ciências como a disciplina responsável em ministrar conteúdos sobre sexualidade na escola, delimitaram uma faixa etária para inserir a discussão no contexto escolar (a partir da 5ª série do Ensino Fundamental), e indicaram um kit escolar, por meio da Experimentoteca, para professoras e professores trabalharem o tema. O que causou um certo 'desconforto' por parte

das/os docentes em trabalhar com esses kits escolares, foi o fato desses kits estarem restritos aos “métodos contraceptivos, o aparelho reprodutor masculino e feminino” (professora pedagogia II)”. Ou seja, as professoras disseram que os trabalhos desenvolvidos com a experimentoteca, restringiam-se ao discurso biológico, por entenderem que “os kits eram muito restritos a reprodução humana” (Professora Ciência II).

Outra ação significativa na formação docente foi o Projeto Brasil¹⁶, que buscava transformar professoras/es em multiplicadoras/es de orientação sexual na escola. O objetivo era tratar da sexualidade no contexto escolar, por meio da prevenção da gravidez na adolescência e das DST/aids. A inserção da discussão desses temas na escola recebeu investimentos por parte do governo e apoio de entidades não-governamentais e grupos de pesquisa, por serem considerados temas emergentes e, portanto, um “problema social” (ALTMANN, 2007). Acreditava-se que a escola seria um ‘eficiente’ espaço de divulgação de ideias de prevenção, cuidado com o corpo, controle e disciplinamento, sobretudo, para uma maior “medicalização do corpo feminino” (ROHDEN, 2001). A conduta sexual de crianças e adolescentes “tornou-se objeto de análise e de diferentes intervenções médicas, pedagógicas, políticas e governamentais, por entenderem que a gravidez não é tida como uma experiência a ser vivida nesse período da vida” (ALTMANN, 2007, p. 287).

Nesse sentido, é possível identificar que para implementar ações voltadas à sexualidade, o governo se valia do discurso da ausência da informação por parte das/os estudantes, principalmente das/os adolescentes. Assim, questões relativas a gravidez ‘indesejada’, a proliferação das DST/aids e uso de drogas, foram temas estratégicos de intervenção do Estado para prescrever condutas e disseminar valores e hábitos higiênicos a escolares (ALTMANN, 2001). Pensamento que promove investimentos por parte dos Ministérios da Saúde (MS) e da Educação (MEC), nos anos de 1990, por meio de projetos de formação em sexualidade. O estudo de Russo et al (2011, p. 41) demonstra que “a difusão da epidemia da AIDS teve papel importante neste processo, ao trazer grandes aportes financeiros de agências internacionais e criar a demanda por programas de prevenção”. Segundo as autoras, “no início dos anos 1990, escolas municipais de diversos estados incluíram a sexualidade em seus currículos” (RUSSO et al, 2011, p. 42).

Após o término do Projeto Brasil na Rede Municipal de Educação RME/GO, a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Educação/GO assumiram, com recursos financeiros e materiais próprios, a formação de novas/os docentes, em 1996. Nesse momento, o Projeto passou a denominar-se Orientação Sexual. Algumas/uns docentes que participaram do Projeto Brasil, constituíram a equipe multidisciplinar, formada por diversas áreas do conhecimento, como Ciências, Biologia, Pedagogia e Geografia. A equipe, formada em sua maioria por mulheres, também era composta por uma enfermeira e uma assistente social da Secretaria Municipal de Saúde/GO. Segundo as/o docentes, as relações de amizade, de compartilhamento e de troca de experiências construídas durante essa trajetória de formação, permitiu ultrapassar os discursos higienista e essencialista presentes nas práticas pedagógicas. Como descreve uma professora:

A equipe multidisciplinar despertava interesse e, por isso, nunca estávamos totalmente prontas para esse trabalho. Era um leque tão vasto, tão grande! Eu acho que fez com que nós procurássemos o aprimoramento, para além de uma linguagem

higienista. Você vê o tanto que a sexualidade é abrangente, ela não é só biológica, tem um contexto que faz o biológico acontecer. Então, eu acho que foi essa riqueza, essa interdisciplinaridade, que fez esse projeto ter dado tão certo. Essa parceria entre as ONGs, as duas universidades e as duas secretarias (Educação e Saúde). E, mais o desejo individual. Tínhamos o pensamento voltado para esse aprimoramento contínuo (Professora de Ciências I).

Além dessa possibilidade e vontade de dialogar com outros campos de conhecimento para compreender o tema, as/o docentes mencionam os métodos propostos como dinâmicos e inovadores, à época. Descrevem o método estando “a frente do tempo. Um tempo que já tratava da multidisciplinaridade. Fazia o diagnóstico, a escuta pedagógica e adaptava. Era replanejado a cada ano, a cada grupo trabalhado” (Professora de Pedagogia I).

Com a inauguração do Centro de Formação de Professores (CEFPE) em 1998, dissolveu-se a parceria da SME com a SMS e o projeto passou a ser conduzido por duas professoras da Rede, com formação em Licenciatura em Ciências e Biologia. Escolha que marca a representação, ao menos na formação inicial¹⁷, por uma dimensão biológica para essa discussão. No início dos anos 2000, após a mudança do governo municipal de Goiânia¹⁸, organizou-se outra política de formação que extinguiu todos projetos de formação, incluindo o de Educação Sexual.

Na apresentação dos ANAIS da II Jornada Pedagógica da SME, em 2002, a secretária da Educação, Walderez Loureiro (2003, p. 3) apresentou como objetivo desse novo formato, ou dessa nova política de governo, que era preciso considerar a “diversidade e a liberdade das/os participantes em escolher as atividades mais ‘adequadas’ a realidade de cada contexto escolar para tratar a sexualidade. Nesse sentido, não é exclusiva para professores, mas estende-se a todos os funcionários da rede municipal” (LOUREIRO, 2003, p. 3). Essa nova proposta de intervenção, ou melhor, de falta de investimento no processo de formação docente, é marcada por uma visão mais generalista, em traz a “diversidade” como tema. Assim, atender as especificidades de cada realidade escolar, significou retirar o “caráter de urgência” que o projeto de Educação Sexual havia sido formulado, de modo a extinguir as ações com docentes e estudantes nas escolas da Rede Municipal de Ensino.

Nesse mesmo período, as professoras/r disseram haver outras instituições que influenciaram sobremaneira na discussão sobre o tema e, conseqüentemente, no processo de formação. Elas/e estavam se referindo as parcerias estabelecidas com ONGs e institutos. Relataram a ONG Transas do Corpo, o Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS), e o Instituto de Ciências Sexológicas e Orientação Familiar (ISOF), como importantes parceiros no processo de formação continuada das/os docentes, após a ausência do estado nas ações de formação sobre a temática. Essas instituições constituíram-se referência na discussão sobre a temática da sexualidade e na produção de metodologias com base em dinâmicas de grupo que permitiram o debate sobre os temas: Gênero, Sexo, Sexualidade, Corpo, Relacionamentos, entre outros. As/o participantes disseram, por exemplo, que as orientações do GTPOS em relação ao corpo perpassavam por várias discursividades. Dentre elas, o reconhecimento de si, o prazer e o vínculo afetivo, saberes valorizados e reconhecidos no trato da sexualidade, os quais produziam um forte elo de ligação do grupo. Isto é, as/o docentes identificaram que essas vivências possibilitaram um “clima de confiança e respeito, [...] considerando as características e necessidades de cada um e do grupo”, por meio da “construção deste corpo do qual se fala” (GTPOS, 1995, p. 45).

Nesse contexto, pode-se dizer que esta formação contribuiu para a participação e publicização em outros contextos além do escolar. Assim, participações em conferências e seminários, nacional e internacional, são citados como experiências formativas que fizeram parte dessas parcerias e que permitiram um deslocamento discursivo do biologicista para o relacional. Nesse sentido, é possível dizer que as iniciativas individuais de formação continuada, foram determinantes para essa “aquisição de saberes”, como descrevem:

segundo as professoras de ciências I e a pedagoga I, esta seria uma vertente que não iria reportar-se a uma educação com finalidade genital (fisiologia e anatomia), mas uma educação que também contemplava os discursos psicológico, emocional, afetivo e social, apesar de não constituir o desaparecimento de uma discursividade marcada pelo caráter moral e biologicista (NASCIMENTO, 2013, p. 56).

Atualmente, a RME/GO não promove ações e propostas sistematizadas para tratar das questões que envolvem a sexualidade nas escolas municipais de Goiânia. Os levantamentos feitos no estudo de Nicolino (2013) mostram que as Secretarias de Educação e da Saúde, do município de Goiânia e do estado de Goiás, não desenvolvem ações voltadas para a discussão da sexualidade. Para assumir a responsabilidade de pensar e implementar ações do governo voltadas a esse tema e/ou outros correlacionados, foi designada a Secretaria de Políticas Para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial. Assim, ao que se refere a RME/GO, as análises de Nicolino (2013) mostram que a Secretaria não possui um trabalho sistematizado para tratar da sexualidade no espaço escolar, em virtude de limitações do órgão e de profissionais.

Ao mesmo tempo, durante o nosso levantamento, foi possível identificar uma única ação promovida em relação ao tema sendo desenvolvida pelo Departamento de Projetos da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (DIEP). Ação que não apresenta uma dimensão formativa as/aos docentes e não traz as demandas das escolas para discutir a sexualidade. Estamos nos referindo ao projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), uma das ações do Programa Saúde na Escola (PSE), criado em 2003, pelos Ministérios da Educação e da Saúde, em parceria com as agências UNESCO, UNICEF e UNFPA (GOMES; VIEIRA, 2010). O projeto tem como público alvo estudantes da rede pública de educação básica, com a finalidade de:

realizar ações de promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva de adolescentes e jovens, articulando os setores de saúde e de educação. Com isso, espera-se contribuir para a redução da infecção pelo HIV/DST e dos índices de evasão escolar causada pela gravidez na população de 10 a 24 anos. [...] Esse projeto foi implantado nos 26 estados do Brasil, no Distrito Federal e em aproximadamente 600 municípios (BRASIL, 2011).

O SPE, portanto, é um projeto que busca legitimar a escola como espaço da discussão da educação sexual, em que, mais uma vez, o investimento por parte do governo é justificado pelo interesse e pela preocupação em torno da gravidez e da aids. Preocupação que coincide com o desenvolvimento de produções no campo da saúde no estado de Goiás, que buscam reconhecer a/o profissional da enfermagem na escola. Em pesquisa realizada por Nicolino e Paraíso (2014), ao analisarem as teses e dissertações desenvolvidas sobre a sexualidade no contexto escolar goiano, identificaram um discurso advindo das produções realizadas no campo da saúde, por meio da defesa

de um/a enfermeira/o para promover “cidadãos saudáveis”, em uma espécie de rede integrada em saúde e educação (SPE e PSE). E, outro, das produções realizadas no campo da Educação, que defenderam os conteúdos gênero e sexualidade no currículo das licenciaturas e na formação continuada, assim como em contextualizar as dificuldades que docentes e diretoras/es sentem em trabalhar com o tema na escola (NICOLINO; PARAÍSO, 2014).

Diante do exposto, é possível verificar que apesar da necessidade premente das escolas que, ainda hoje, carecem dessa discussão, a organização da política de formação do Centro não coloca como prioridade o desenvolvimento de um processo formativo sobre essa temática. Portanto, o que foi possível identificar, foi a ausência de um trabalho sistematizado em Educação Sexual na RME/GO.

Compreendemos, nesse sentido, com base em Benjamin (2011), que os relatos das pessoas que vivenciaram a construção desse processo constituem a história vivida. Uma história marcada pela ausência de registros oficiais das propostas em Educação Sexual da SME/GO. Ao buscar nas memórias das/o professoras/r os motivos dessa ausência, foi possível identificar um descaso por parte do governo da cidade de Goiânia ao que se refere ao arquivamento, controle e manutenção de documentos que preservam a história dos processos de formação docente sobre o tema. Como pode ser observado na fala do professor,

Uma falha grande! Uma secretaria que não tem memória. [...] A biblioteca do centro de formação tinha que ter uma parte lá, só com a história da secretaria de tudo que foi feito. Dos cursos, dos materiais produzidos, das apostilas produzidas, dos currículos que eram produzidos no passado. A nossa história deveria estar ali. [...] O dia que a gente morrer, acabou. (Professor de Geografia).

Na tentativa de buscar romper com o silêncio e deixar registros sobre essa história, recorremos a Benjamin (1994), por concordarmos com o autor, quando diz que é preciso capturar a imagem do passado, para ter condições de compreender o presente, mesmo que não seja possível capturá-lo tal qual ocorreu. Para isso, a rememoração foi utilizada como uma possibilidade de as/o professoras/r reconhecerem-se na sua própria história (LOWY, 2005), por entendermos que a história não pode ficar restrita a memória das pessoas que participaram do processo e “quando morrer, acabou!” (Professor de Geografia). Consideramos, ainda, que as (re)memórias não se atem apenas, no que foram, mas, na eminência do a se fazer (BENJAMIN, 2011). É, nesse sentido, que problematizamos sobre a ausência de registros nas questões que envolvem a sexualidade no contexto escolar, por entendermos que não podem ficar restritas a políticas de governo, ou seja, a intervenções pontuais e descontinuas. O que significa dizer que os investimentos públicos destinados ao processo de formação docente em um determinado período, foram pontuais e não tiveram continuidade em outros governos. Constituíram-se, portanto, em políticas de governo e não em políticas públicas.

Breves considerações

A Educação Sexual preconizada na década de 1990 aparece no Brasil patrocinada por organismos internacionais e pelo Estado com a finalidade de conter as DSTs/aids e a gravidez “indesejada”, sobretudo, na adolescência. O discurso do corpo biológico, sob um forte investimento do campo da saúde, encontra na escola um espaço importante de intervenção. A sexualidade torna-se

alvo de investimentos e a escola a estrutura ideal para educar os corpos. O estado de Goiás segue a lógica nacional e implanta na rede municipal de ensino ações voltadas para a formação docente. Parcerias foram estabelecidas para implementar projetos de prevenção que visavam conter os altos índices da gravidez indesejada e da aids, por meio de um trabalho sistematizado nas escolas. De tal modo, que é possível identificar que as intervenções iniciais buscavam respaldo em teorias higienistas, em que o corpo biológico, era reconhecido como o único “marcador” científico para lidar com a sexualidade. Ou seja, os discursos advindos do campo da saúde ganham reconhecimento e legitimidade de fala na escola, sendo transmitidos como “verdades” científicas para tratar das questões que envolvem o corpo. Ao mesmo tempo, saberes produzidos em outros campos de conhecimento, como nas ciências humanas e sociais, e saberes advindos das vivências que as/os constituíam eram desprestigiados, mais que isso, invisibilizados durante o processo de formação.

Nesse sentido, as/os docentes estavam autorizados para intervir, perante o estado, mas sem formação suficiente para lidar com as demandas social, cultural, histórica e política das/os escolares. De modo, a buscarem individualmente por formação e se lançarem para além dos limites dos investimentos propostos pelo estado, assim como das fronteiras do campo discursivo “autorizado”. O Projeto Brasil na cidade de Goiânia, por meio das parcerias que incentivou, foi um marco a ser destacado nesse processo de formação, pois marca o reconhecimento de outros discursos para além dos discursos biologicista e higienista sobre o corpo. Inaugura, sobretudo, os estudos sobre gênero na rede e traz a discussão de saberes invisibilizados, como o cuidado de si e do outro, assim como o afeto, ampliando a discussão da sexualidade. Portanto, é possível dizer que o projeto possibilitou contatos e parcerias entre docentes, universidades, ONGs e institutos, mantendo-as/o ativas/o nos campos político, social, acadêmico e escolar, ainda hoje.

Contudo, apesar dessas “vozes” ainda resistirem e constituírem as discussões sobre o tema nas escolas onde atuam, verificamos que não há políticas públicas, por parte da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, voltadas para a formação continuada de professoras e professoras para tratar as questões que envolvem a sexualidade no contexto escolar. O que significa dizer que as intervenções pedagógicas para tratar o tema são pontuais e decorrentes de esforços pessoais. Docentes que permaneceram na SME relatam, ainda, a dificuldade dos departamentos e do próprio CFPE em perceberem a necessidade desse trabalho, por limitações de compreensão sobre o tema e de profissionais.

Nesse sentido, finalizamos nossa escrita com a esperança de ter ao menos retomado os ecos de memórias possivelmente silenciadas. Vozes que nos ensinam, sobretudo, que é possível transformar o futuro. Enfim, espera-se que outros trabalhos possam dar continuidade a essa história que se apresenta inacabada.

Notas

¹ O termo Educação Sexual foi utilizado nos ciclos de palestras realizados nas escolas do Ensino Noturno da RME/GO nos anos de 1992 a 1995 e Orientação Sexual, nas propostas sistematizadas para formação docente em Educação Sexual na RME/GO, nos anos de 1994 a 1998. Essa terminologia foi implementada pelo Grupo de Estudos em Pesquisa em Orientação Sexual-GTPOS, que foi o idealizador e formador do projeto Orientação Sexual nos anos de 1994 a 1996. Sua influência incidiu até o ano de 1998, quando professoras/es formadoras/es das propostas passam a denominá-la Projeto de Educação Sexual.

² No início da década de 1990, as escolas da RME/GO eram organizadas para o atendimento a Centros de Educação Infantil, 1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, inclusive no turno noturno, e uma escola de referência de nível médio com o Curso Técnico em Magistério.

³ Segundo relato de uma professora que participou da implantação do projeto Brasil em Goiânia, o projeto “veio de São Paulo porque o PT (Partido dos Trabalhadores) assumiu [a prefeitura] em Goiânia”. (Professora ML)

⁴ O uso do termo sexualidade visa trazer a discussão para os âmbitos político e histórico, nos termos utilizados por Jeffrey Weeks (2001). Acreditamos, portanto, que a discussão da sexualidade na escola envolve “[...] conhecimentos e práticas sociais voltadas ao cuidado com o corpo, a uma vivência consciente e prazerosa da sexualidade” (UNBEHAUM; CAVASIN; GAVA, 2010, p. 9), para além dos discursos de prevenção e medicalização do corpo.

⁵ Consideramos importante trazer que um dos elementos determinante para a construção dessa memória foi a aproximação dessas/e profissionais com universidades, ONGs e institutos, sendo eles: Universidade Federal de Goiás, Pontifícia Universidade Católica de Goiás e de Brasília, União Pioneira de Integração Social – Faculdades Integradas, com as ONGs Transas do Corpo e Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS), com o Instituto de Ciências Sexológicas e Orientação Familiar (ISOF). Esse trânsito e diálogo possibilitou uma formação contínua por parte das/o professoras/r investigadas/o, que pode também ser observada na realização de cursos de especialização e participações em conferências e seminários, nacional e internacional (NASCIMENTO, 2013).

⁶ Segundo Benjamim (2011) a história pode ser reescrita, pois os acontecimentos perdidos podem ser reencontrados, caso sejam lembrados.

⁷ A escolha dessa técnica se deu por privilegiar o debate coletivo entre as/os participantes de cada Grupo ou ONG, por meio de temas gerados das análises das produções e ações de cada um, visando possibilitar trocas e insights, de modo a extrair mais informações e aprofundar questões sobre o tema pesquisado (DAL’IGNA, 2012; GATTI, 2005).

⁸ Dentre as/o participantes, declararam ser sete do sexo feminino e um do sexo masculino.

⁹ A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da PUC/GO, parecer nº 93.514, e a realização do grupo focal se deu somente após a leitura e consentimento das/o participantes, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

¹⁰ Transas do Corpo “é uma organização civil de direito privado sem fins lucrativos e econômicos, não partidária, com finalidade educativa, cultural e de pesquisa”, fundada em 1987, com o objetivo de implementar propostas e políticas educativas nas questões que envolvem o corpo, o gênero e a sexualidade, nos campos da educação e saúde. Segundo informações retiradas do site, a ONG se apoia no feminismo, para desenvolver “estudos e pesquisas, atividades educativas e de formação visando à disseminação das idéias e valores que caracterizam a luta das mulheres por cidadania, igualdade e justiça”. Disponível em <http://www.transasdocorpo.org.br/quem-somos>.

¹¹ Em 1999 a faculdade de Educação da UFG/GO cria o Núcleo de Formação de Professores (NUFOP), que visava congrega professoras/es e pesquisadoras/es em projetos relacionados as formações inicial e continuada, por meio da pesquisa, ensino e extensão. No ano de 2008, a RIDEC passa a ser chamada de Núcleo de Desenvolvimento da Educação em Ciências em Goiás (NUDEC//UFG) e integra a NUFOP. Mantendo como um de seus objetivos a implantação de um Centro de Referência em ensino de Ciências Naturais no Centro-Oeste disponibilizando, aos professores os recursos existentes no Núcleo para o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas.

¹² As instituições formadoras dessas/e profissionais foram, a princípio, a Rede Integrada para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências (RIDEC), vinculada a UFG, atualmente intitulada de Núcleo de Desenvolvimento da Educação em Ciências em Goiás (NUDEC). Essa equipe promoveu várias ações relacionadas à temática da sexualidade, entre elas: pesquisas, grupos de estudos, ciclo de debates nas escolas e uma especialização Lato-Sensu. Para mais informações ler a dissertação de Nascimento (2013).

¹³ O uso da expressão oficial refere-se às ações que tiveram o apoio institucional da rede municipal para a realização ou mesmo custeadas pelo estado de Goiás.

¹⁴ O Centro de Divulgação Científica e Cultural (CDCC) de São Carlos/SP, pertencente à Universidade de São Paulo (USP), criou em 1984 a Experimentoteca, em parceria com o Instituto de Física de São Carlos (USP), o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Centro Interdisciplinar de Ciências (CIC). O projeto Experimentoteca visava racionalizar o uso de material experimental para o ensino de Ciências. É destinado, principalmente, a alunos de 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental. Informações disponíveis em: http://www.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/dossieescolar_emefdrmariaaraujojr_2012.pdf. Acesso em: 22 maio 2015.

¹⁵ A aproximação dessas/es profissionais com a universidade se deu inicialmente pela Universidade Federal de Goiás(UFG), em seguida, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-GO) e em Brasília, pela União Pioneira de Integração Social - Faculdades Integradas (UPIS) de Brasília, por meio de cursos de formação. A especialização latu-sensu em “Educação Sexual e Sexologia” (1996,1998 e 2000), oferecida pelo Instituto de Ciências Sexológicas

e Orientação Familiar (ISOF)/União Pioneiras de Integração Social (UPIS- Faculdades Integradas) em Brasília, é citado como exemplo de formações realizadas por três professoras participantes.

¹⁶ O Projeto Brasil foi idealizado pelo GTPOS e promovido pelo Ministério da Saúde, com financiamento da Fundação MacArthur. Foi um trabalho de implantação de Orientação Sexual em seis cidades brasileiras, sob a coordenação do grupo GTPOS/SP, por meio de um convênio com o Programa Nacional de Controle das DST/aids, do Ministério da Saúde (PCN/DST/AIDS). Além de Goiânia (GO), o projeto foi implantado em Florianópolis (SC), Santos (SP), Campo Grande (MS), Belo Horizonte (MG) e Curitiba (PR). O Projeto foi oferecido as/aos professoras/es da Secretaria Municipal da Educação em parceria com o Programa Interdisciplinar da Mulher - Estudos e Pesquisas (PIMEP-PUC/GO) e das Secretarias Municipais de Saúde e de Educação de Goiânia, no período de 1994 a 1996.

¹⁷ Ambas professoras fizeram parte dos projetos anteriores de formação.

¹⁸ O Governo Municipal de Goiânia, no período de 1996 a 2000, foi liderado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nos anos de 2001 a 2004, passou para o Partido dos Trabalhadores (PT), que na época, era oposição ao anterior.

Referências

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001.

ALTMANN, Helena. A sexualidade adolescente como foco de investimento político-social. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 46, p. 287-310, dez. 2007.

ARAÚJO, Maria Luiza Macedo. A construção histórica da sexualidade. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). *O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais da saúde*. São Paulo: Gente, 1999, p. 15-35.

BARROSO, Carmen. Pesquisa sobre educação sexual e democracia. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 34, p. 89-90, ago. 1980.

BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

_____. O narrador. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL, Ministério da Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites virais. *Boletim Epidemiológico AIDS e DST 2011*. Disponível em http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2011/50652/boletim_aids_2011_final_m_pdf_26659.pdf. Acesso em: 5 fev. 2013.

BRUSQUINI, Carmem; BARROSO, Cristina. Caminhando juntas: uma experiência em educação sexual na periferia de São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 45, p. 43-49, maio 1983.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. *Educar*, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009.

EDGARDO, Castro. *Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 20 ed. São Paulo: Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GATTI, B. A. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Líber, 2005.

GOMES Maria Rebeca Otero; VIEIRA, Nadjanara. Saúde e Prevenção nas Escolas: promovendo a educação em sexualidade no Brasil. *Revista Tempus*, Brasília, v. 4, n. 2, p. 145-157, 2010.

GONÇALVES, Eliane. Preconceitos, fobias e outras sombras que pairam sobre a educação Sexual. In: RIBEIRO, Marcos. (Org.). *O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais da saúde*. São Paulo: Ed. Gente, 1999, p. 197-204.

GONÇALVES, Eliane. *Educação escolar: da formação de professores/as à sala de aula*. 188f. Dissertação. Mestrado em Educação Escolar Brasileira. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1998.

GTPOS. *Sexo se aprende na escola*. São Paulo: Olho D'água, 1995.

_____. ABIA, ECOS. *Guia de orientação sexual: diretrizes e metodologia da pré-escola ao 2º Grau*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

LOUREIRO, Walderez. *Anais da II Jornada Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia*. Prefeitura da Cidade de Goiânia, Secretaria Municipal de Educação, Goiânia, 2003.

LÖWY, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformam em um campo novo para as ciências. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, maio/ago. 2008.

MEYER, Dagmar E. Estermann; KLEIN, Carin; ANDRADE, Sandra dos Santos. Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: implicações educativas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 46, p. 219-239, dez. 2007.

NASCIMENTO, Maria José do. *Formação docente e educação sexual: (re)memórias das propostas da rede municipal de ensino de Goiânia/GO (1990 a 2000)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2013.

NICOLINO, Aline et al. Educação sexual e políticas públicas: limites e possibilidades das secretarias. In: NICOLINO, Aline; LEITE, Jaciara de Oliveira; WANDERLEY, Lara (Orgs.). *Educação Sexual em Goiás*. Goiânia: Editora PUC, 2013, p. 135-158.

NICOLINO, Aline; PARAÍSO, Marlucy Alves. Escolarização da sexualidade no Estado de Goiás: o que mostram as dissertações e teses. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 1, p. 171-193, 2014.

PINTO, Céli Regina. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

PINTO, Céli Regina. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrera. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

RIBEIRO, Paula Regina. *Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar*. Rio Grande: FURG, 2008.

ROHDEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.

RUSO, Jane et al. *Sexualidade, ciência e profissão no Brasil*. Rio de Janeiro, CEPESC, 2011.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio/ago. 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA: *a um passo na Construção da nossa proposta*. Goiânia-GO, 1996.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA: *pesquisa de sexualidade para o ensino Noturno*. Goiânia-GO, 1996.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA: *proposta pedagógica do ensino noturno de primeira fase do ensino Fundamental*. Goiânia-GO, 1996.

LOUREIRO, Walderez. *Anais da II Jornada Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia*. Prefeitura da Cidade de Goiânia, Secretaria Municipal de Educação. Goiânia, 2003.

Recebido em: ago. 2017.

Aceito em: dez. 2017.

Aline da Silva Nicolino: Doutora em Psiquiatria pela Universidade de São Paulo. Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Docente da Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás. Professora do Programa Interdisciplinar de Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás. E-mail: aline.nicolino@gmail.com

Maria José do Nascimento: Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Graduação em pedagogia com habilitação em Administração Escolar e Orientação Educacional pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Professora na Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte de Goiás. E-mail: nmariaj@gmail.com

Paulo Cesar Soares de Oliveira: Mestre em Educação Básica pela Universidade Federal de Goiás. Pós-graduação em tecnologias em Educação pela PUC-RJ. Professor de LIBRAS e de História nos cursos de Bacharelado e Licenciatura da Faculdade Alfredo Nasser - UNIFAN. E-mail: libras.paulo@hotmail.com

Patrícia Fernandes Oliveira: Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás. Graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora de Educação Física da Rede Pública de Goiás. E-mail: professorapatricia25@gmail.com